CPA Holding Participações S.A.

e Empresas Controladas | CNPJ 40.796.739/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2024

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos acionistas o relatório de administração, referente às atividades desenvolvidas pela CPA Holding Participações S.A., e que a seu tempo, acompanhará as demonstrações financeiras consolidadas da companhia juntamente com o parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Sarandi, 15 de abril de 2025.

Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	73	156	33.547	16.753
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	3.101	5.016
Estoques (Nota 8)	-	-	2.329	2.296
Impostos a recuperar	-	-	152	128
Adiantamentos diversos (Nota 9)	10	26	373	15.263
Despesas antecipadas	-	-	1.261	996
Outros créditos	-	-	260	105
	83	182	41.022	40.557
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	-	-	196	158
Outros créditos	18	15	238	208
	18	15	434	366
Investimentos (Nota 11)	98.813	96.939	-	-
Imobilizado (Nota 12)	-	-	82.617	83.745
Intangível	-	-	111	81
	98.813	96.939	82.728	83.826
Total do ativo	**98.914**	**97.136**	**124.184**	**124.749**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Fornecedores	-	-	1.636	1.573
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	165
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 14)	-	-	3.813	3.790
Obrigações tributárias (Nota 13)	-	-	8.215	11.295
Dividendos propostos (Nota 17)	4.664	4.698	4.664	4.699
Outras contas a pagar	331	191	402	262
	4.995	4.889	18.730	21.784
Não circulante				
Tributos diferidos (Nota 13)	-	-	11.522	10.705
Provisão para contingência (Nota 16)	-	-	13	13
	-	-	11.535	10.718
Patrimônio líquido (Nota 17)				
Capital social	74.346	74.346	74.346	74.346
Reserva legal	3.124	2.142	3.124	2.142
Reserva de lucros	16.450	15.759	16.450	15.759
	93.919	92.247	93.919	92.247
Total do passivo e patrimônio líquido	**98.914**	**97.136**	**124.184**	**124.749**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas legal	Reservas de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**74.346**	**1.153**	**4.395**	**-**	**79.894**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.787	19.787
Reserva legal (Nota 17(b))	-	989	-	(989)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17(d))	-	-	-	(4.700)	(4.700)
Distribuição de dividendos (Nota 17(e)(v)))	-	-	(2.734)	-	(2.734)
Reserva de lucros (Nota 17(c))	-	-	14.098	(14.098)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**74.346**	**2.142**	**15.759**	**-**	**92.247**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.636	19.636
Reserva legal (Nota 17(b))	-	982	-	(982)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17(d))	-	-	-	(4.664)	(4.664)
Distribuição de dividendos (Nota 17(e))	-	-	(13.300)	-	(13.300)
Reserva de lucros (Nota 17(c))	-	-	13.991	(13.991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**74.346**	**3.124**	**16.450**	**-**	**93.919**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31 de dezembro - em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida de prestação de serviços (Nota 19)	-	-	67.865	63.848
Custo dos serviços prestados (Nota 20)	-	-	(37.836)	(32.342)
Lucro Bruto	-	-	30.029	31.506
Despesas e receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(115)	(41)	(5.758)	(5.063)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 21)	-	-	776	751
Equivalência patrimonial (Nota 11)	19.732	19.796	-	-
	19.617	19.755	(4.981)	(4.312)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**19.617**	**19.755**	**25.047**	**27.194**
Resultado financeiro (Nota 22)				
Despesas financeiras	-	-	(57)	(140)
Receitas financeiras	19	32	4.224	2.259
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	(10)	18
	19	32	4.157	2.137
Lucro antes dos impostos e contribuições (Nota 18)	**19.636**	**19.787**	**29.228**	**29.332**
IR e contribuição social corrente	-	-	(8.751)	(8.618)
IR e contribuição social diferido	-	-	(817)	(927)
			(9.568)	(9.545)
Lucro líquido do exercício	**19.636**	**19.787**	**19.636**	**19.787**
Número total de quotas (em milhares)	224.741	224.741		
Lucro líquido do exercício por milhares de quotas de capital, básico e diluído	**87,37**	**88,04**		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2024
Lucro líquido do exercício	19.636	19.787
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**19.636**	**19.787**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro antes dos impostos e contribuições	19.636	19.787	29.204	29.332
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	5.060	4.654
Equivalência Patrimonial	(19.732)	(19.796)	-	-
Encargos financeiros, provisionados (Nota 15)	-	-	16	28
Baixa de ativo imobilizado	-	-	86	1
Aumento (diminuição) das contas do ativo:				
Contas a receber	-	-	1.915	(1.425)
Estoques	-	-	(32)	(637)
Impostos a recuperar	16	(5)	(62)	(73)
Adiantamentos diversos	-	-	14.890	(15.020)
Despesas antecipadas	-	-	(265)	(99)
Outros ativos de curto e longo prazo	(2)	(15)	(184)	(1)
Diminuição (aumento) das contas do passivo:				
Fornecedores	-	-	63	(322)
Impostos a recolher	(1)	(1)	(3.600)	(561)
Salários e encargos sociais	-	-	23	456
Outros passivos de curto e longo prazo	-	-	(1)	(92)
Caixa gerado nas operações	**(83)**	**(30)**	**47.112**	**16.241**
Pagamento de IR e contribuição social	-	-	(8.230)	(7.443)
Pagamentos de juros sobre empréstimos (Nota 15)	-	-	(6)	(430)
Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais	**(83)**	**(30)**	**38.876**	**8.756**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações em bens do ativo imobilizado (Nota 12)	-	-	(4.048)	(7.784)
Recebimento de lucros (Nota 11(b))	17.858	5.000	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**17.858**	**5.000**	**(4.048)**	**(7.784)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	(174)	(394)
Distribuição de lucros (Nota 17)	(17.858)	(4.961)	(17.859)	(4.961)
Caixa líquido (aplicados nas) atividades de financiamentos	**(17.858)**	**(4.961)**	**(18.033)**	**(5.354)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(83)**	**9**	**16.794**	**(4.383)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**156**	**147**	**16.753**	**21.136**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**73**	**156**	**33.547**	**16.753**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPA Holding Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Sarandi/PR, foi constituída em 20 de janeiro de 2021, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo por objeto a atividade principal de Holding de instituição não financeira. A Companhia conta com uma controlada, sendo CPA Armazéns Gerais Ltda. ("CPA Armazéns"): com sede em Sarandi – Paraná – Brasil, tem por objeto social a guarda e a conservação de granéis sólidos e líquidos na qualidade de Armazém Geral, incluindo a celebração dos respectivos contratos de depósito mercantil e a emissão, a pedido dos depositantes, de títulos representativos das mercadorias depositadas, como o conhecimento de depósito e o warrant. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2025. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis materiais da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2024: **. Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – *"Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *"Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. **.Alteração ao CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **.Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements – SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As alterações acima mencionadas não tiveram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.3. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).**Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração têm vigência a partir de 1º. de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expoem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo não espera que resultem em impactos materiais. **. IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º. de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. . **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de doze meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4.1. Ativos financeiros: 2.4.2. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. **2.4.3. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.4. Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido,no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **2.4.5.** ***Impairment:*** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.6. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os estoques mantidos na companhia são para manutenção de máquinas, máquinas, equipamentos, instalações em geral e materiais de expediente. **2.7. Ativos intangíveis: (a) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em três anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Caso ocorra financiamento, os custos também incluem os custos dos encargos incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos e outros intangíveis conforme prazo do contrato. **2.8. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, armazéns, base de tanques e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada como segue:

	Anos
Edificações	55-60
Máquinas	10-25
Veículos	6-10
Móveis, utensílios e equipamentos	10-15

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Investimentos em controlada:** Os investimentos em sociedades controlada são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia. **2.10.** ***Impairment*** **de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.11. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Prestação de serviços:** A Empresa controlada CPA Armazéns Gerais Ltda. presta serviços de armazenagem e transbordo de sólidos e líquidos, c0mo sólidos temos: açúcar VHP, soja, farelo de soja e milho, para líquidos: etanol anidro, hidratado, biodiesel, gasolina e serviços portuários. As receitas de armazenagens e, transbordos de sólidos, são reconhecidas conforme movimentação do produto no terminal, ou seja, é elaborado o contrato take or pay onde é determinada a quantidade de produtos que será movimentada em determinado prazo, onde os serviços são faturados de acordo com a quantidade armazenada e ao final do prazo é encerrado ou renovado o contrato. Para a maioria dos graneis líquidos são celebrados contratos take or pay com pagamento mensal, que independentemente de haver movimentação de produtos o serviço é faturado de acordo com a quantidade contratada. A receita da prestação de serviços é reconhecida no período contábil durante o qual os serviços são prestados. Para contratos a preços fixos, a receita é reconhecida com base no serviço real fornecido ao final do exercício como uma proporção do total de serviços a serem prestados, pois o cliente recebe e utiliza os benefícios de forma simultânea. No caso de contratos a preço fixo, o cliente paga o valor fixo seguindo um cronograma de pagamento. Um ativo de contrato é reconhecido se os serviços prestados pela Companhia excederem o pagamento. Um passivo de contrato é reconhecido se os pagamentos excederem os serviços prestados. Os clientes recebem as faturas mensalmente e a contraprestação se torna exigível assim que a fatura é emitida. **Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis) calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a controlada da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da qual as diferenças temporárias possam ser usadas. A Companhia não possui tributos diferidos ativos reconhecidos contabilmente. **2.15. Benefícios a empregados - participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão mensal de um passivo e uma despesas de participação nos resultados calculados conforme acordo firmado com o sindicato da categoria. Este acordo estabelece regras e as metas as serem atingidas para que os colaboradores façam jus a este prêmio. **2.16. Capital social:** As ações da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. **2.17. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicada, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Provisão para contingências:** A controlada é partes em processos administrativos de natureza tributária, decorrentes de responsabilidade solidária. A informação divulgada em nota explicativa para contingência com possível probabilidade de perda, foi informada considerando a avaliação de probabilidade pelos consultores jurídicos da controlada. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão para informação em nota explicativa neste momento é suficiente para informar usuários terceiros que analisarão as demonstrações financeiras. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada de forma corporativa que estabelece os princípios para a gestão do risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A Companhia não tem como política o uso de instrumentos financeiros derivativos. **a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposição basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais ativas reconhecidas. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às Taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter aproximadamente 100% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada de forma corporativa, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a curto prazo ou compromissada que tem menos riscos, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2. Gestão de capital

O excedente de caixa e total do capital em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Total dos empréstimos (Nota 15)	-	-	-	165
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(73)	(156)	(33.547)	(16.753)
Excedente de caixa	(73)	(156)	(33.547)	(16.588)
Total do patrimônio líquido	93.919	92.247	93.919	92.247
Total do capital	**93.846**	**92.091**	**60.372**	**76.659**

5. Instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Mensurado ao Custo amortizado				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	-	-	3.599	5.329
Caixa e equivalentes de caixa	73	156	33.547	16.753
	73	156	37.146	22.082

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Mensurado ao Custo amortizado				
Empréstimos	-	-	-	165
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	1.636	1.573
	-	-	1.636	1.738

6. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e bancos	4	1	1.113	407
Aplicações financeiras (i)	69	155	32.434	16.346
	73	156	33.547	16.753

(i) As aplicações de caixa e equivalentes de caixa possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos de instituições financeiras, comumente denominados Certificado de Depósito Bancário (CDB), indexados à taxa de 102% a 105% do depósito interbancário (DI), e (2023 - 102 a 105%).

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Partes relacionadas	138	177
Terceiros	3.062	4.914
Provisão para devedores duvidosos	(99)	(75)
	3.101	**5.016**

Abaixo apresentamos o aging list das contas a receber:

	Consolidado	
	2024	**2023**
A vencer	2.014	4.967
Vencidos até 90 dias	1.087	-
Vencidos acima de 180 dias	99	124
Provisão para devedores duvidosos	(99)	(75)
	3.101	**5.016**

As contas a receber vencidos em mais de 180 dias, no valor de R$ 99 já está reconhecida como perdas. **8. Estoques:** Os valores registrados em estoques no consolidado correspondem a materiais para manutenção do terminal, materiais de uso e consumo em geral. A Administração não tem expectativa de perdas sobre esses estoques. **9. Adiantamentos diversos e a fornecedores:** Durante o exercício de 2024, houve redução significativa do saldo, posto o contrato que a CPA Armazéns Gerais Ltda havia feito na área Portuária do Porto de Paranaguá foi rescindido, desta forma os valores adiantados foram devolvidos com as devidas correções conforme estipulado no contrato. **10. Partes relacionadas:** A Companhia é controladora da CPA Armazéns Gerais Ltda. (constituída no Brasil), que detém 100% das quotas da sociedade. As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições: **(i)** O preço de venda para a controladora é definido conforme contrato firmado entre os quotistas. **(ii)** As operações abaixo com partes relacionadas são decorrentes de operações comerciais relativas a prestação de serviços de transbordo e armazenagem de açúcar e etanol. Os preços praticados são aqueles estabelecidos em contrato entre a Companhia e as partes relacionadas, e que devem ser suficientes para cobrir os custos de operação da Companhia.

(a) Transações da sociedade com empresas ligadas consolidado

	Contas a Receber (i)		Receita de serviços (i)		Dividendos e outras contas a pagar	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Renuka Vale do Ivaí S.A.	-	-			381	384
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda	-	-	-	-	2.992	3.015
Cooperval Coop. Agroind. Vale do Ivaí Ltda	-	-	576	318	330	333
Destilaria Americana S.A.	75	75	-	-	369	228
Cooperativa Agríc. Reg. de Prod. Cana Ltda	62	102	3.010	2.411	680	685
Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva	-	-	-	-	244	246
Provisão para devedores duvidosos	(75)	(75)	-	-	-	-
	62	102	3.586	2.729	4.996	4.891

(i) Os valores contabilizados em contas a receber, receitas de serviços, despesas financeiras e dividendos a pagar, registram valores entre partes relacionadas. **(b)** Remuneração do pessoal-chave da administração. O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores que podem ser remunerados através dos honorários mínimos obrigatórios. A remuneração paga ou a pagar da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Honorários da administração	17	16
	17	16

11. Investimentos

(a) Investimentos em subsidiária

	Controladora			
	Saldo do investimento		Ganho (perda) equivalência	
Investidas	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Controladas				
CPA Armazéns Gerais Ltda.	98.813	96.939	19.732	19.796
	98.813	**96.939**	**19.732**	**19.796**

(b) Movimentação dos Investimentos

	Controladora	
	2024	**2023**
Em 1o de janeiro	96.939	82.143
Dividendos recebidos da CPA Armazéns Gerais Ltda.	(17.858)	(5.000)
Equivalência patrimonial	19.732	19.796
Em 31 de dezembro	**98.813**	**96.939**

(c) Participação societária

	Participação no capital social - %	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Em 31 de dezembro de 2024			
CPA Armazéns Gerais Ltda.	100	96.939	19.796
Em 31 de dezembro de 2023			
CPA Armazéns Gerais Ltda.	100	98.813	19.732

12. Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equip. de informática	Outros	Em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.399**	**63.463**	**11.630**	**252**	**372**	**318**	**359**	**1.810**	**80.603**
Aquisição	-	112	1.680	88	70	99	51	5.609	7.709
Baixas	-	-	(18)	(35)	(18)	(11)	(2)	-	(84)
Depreciação	-	(2.689)	(1.628)	(52)	(48)	(102)	(47)	-	(4.566)
Baixa da depreciação	-	-	18	35	17	11	2	-	83
Transferências	-	6.595	161	-	3	-	-	(6.759)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.399**	**67.481**	**11.843**	**288**	**396**	**315**	**363**	**660**	**83.745**
Aquisição	-	96	1.155	291	47	58	55	2.232	3.934
Baixas	-	-	(162)	(122)	(4)	-	-	-	(288)
Depreciação	-	(2.930)	(1.783)	(77)	(54)	(93)	(39)	-	(4.976)
Baixa da depreciação	-	-	75	122	3	-	2	-	202
Transferências	-	362	803	-	-	2	-	(1.167)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.399**	**65.009**	**11.931**	**502**	**388**	**282**	**381**	**1.725**	**82.617**
Custo total	2.399	99.630	31.438	937	1.219	1.435	837	1.725	139.620
Depreciação acumulada	-	(34.621)	(19.507)	(435)	(831)	(1.153)	(456)	-	(57.003)
Valor residual	2.399	65.009	11.931	502	388	282	381	1.725	82.617
Taxas médias anuais de depreciação - %	**0%**	**4,17%**	**8,35%**	**25%**	**10%**	**20%**	**11%**	**0%**	

(a) Composição da depreciação e amortização - Consolidado

	2024	2023
Custo	4.817	4.404
Despesa	243	250
	5.060	**4.654**

(b) Revisão e ajuste da vida útil estimada: Foram analisadas as classes de prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios. A estimativa de vida útil foi feita com base nas informações obtidas com os fabricantes e análise de cenários internos e externos.

(c) Bens dados em garantia: A Companhia não mantém nenhum ativo dado em garantia de operações com terceiros.

13. Obrigações tributárias e tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS (i)	-	-	6.275	9.446
Programa de Integração Social - PIS	-	-	96	79
Contribuição Financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	449	363
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre salários e PJ	-	-	125	150
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	-	-	236	186
IRPJ/CSLL - Corrente	-	-	1.026	1.066
Outros	-	-	7	5
	-	-	8.215	11.295
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
IRPJ – Diferido (ii)	-	-	8.472	7.871
CSLL – Diferido (ii)	-	-	3.050	2.834
Passivo não circulante	-	-	**11.522**	**10.705**

(i) O saldo da conta de ICMS é referente a operação de remessa x retorno de armazenagem de Usinas de fora do Estado do Paraná. **(ii)** O IRPJ e CSLL diferido no consolidado são referentes a diferença temporária de taxa da depreciação contábil e depreciação fiscal.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	2024	**2023**
Salários a pagar	627	638
Prêmio de participação a pagar	1.137	1.117
INSS s/salário e férias a recolher	679	691
FGTS s/salário e férias a recolher	199	196
Provisão de férias	1.152	1.132
Outros valores	11	16
	3.813	3.790

15. Empréstimos e financiamentos consolidado

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no consolidado são as seguintes:

Consolidado

Movimentação 2024	**Saldo em 1º de janeiro de 2024**	**Amorti-zação**	**Juros Pagos**	**Juros Incorridos e variação**	**Saldo em 31 de dezembro de 2024**
Financiamentos	165	(174)	(6)	16	0
Total	**165**	**(174)**	**(6)**	**16**	**0**

Movimentação 2023	**Saldo em 1º de janeiro de 2023**	**Amorti-zação**	**Juros Pagos**	**Juros Incorridos e variação**	**Saldo em 31 de dezembro de 2023**
Financiamentos	574	(394)	(43)	28	165
Total	**574**	**(394)**	**(43)**	**28**	**165**

CONTINUAÇÃO➡

Este documento foi assinado digitalmente por Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 15A5-C326-209D-8F3D.

CONTINUAÇÃO➡

16. Provisão para contingências: (a) Trabalhistas, cíveis e tributárias consolidado: A Companhia no consolidado é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração quando consideradas pelos seus consultores legais e externos com probabilidade de perda provável. Em 31 de dezembro de 2024 no consolidado, totalizaram R$ 13 (2023 R$13). As ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, são principalmente de natureza trabalhista e tributárias em 31 de dezembro de 2024, totalizaram R$ 22.173 (2023 - R$ 21.651). O valor do processo com possibilidade de perdas possíveis, 94% não é diretamente relacionado à controlada CPA Armazéns, refere-se a um processo de natureza tributária em que a Controlada foi citada como responsável solidária. **17. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social está representado por R$ 74.346 (2023 - R$ 74.346) que são referentes a 84.346 (2023 – 84.346) mil ações distribuídos entre acionistas da Companhia. **(b) Reserva legal:** Esta reserva é constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício após absorção do prejuízo acumulado até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2024, foi transferido o valor de R$ 982 (2023 - R$ 989) para a conta mencionada. **(c) Reserva de lucros:** Foi transferido em dezembro de 2024 o valor de R$ 13.991 (2023 - R$ 14.098) do lucro acumulado para reserva de lucros que será apreciado na assembleia geral ordinária. **(d) Dividendos propostos:** Conforme estatuto social da Companhia, dos lucros líquidos obtidos, deduzindo a conta de prejuízo acumulado e o percentual da reserva legal, 25% serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios, compensados as distribuições de lucros intermediárias e o saldo de prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2024 foi provisionado como dividendos mínimos obrigatórios o valor de R$ 4.664 e (2023 – R$ 4.700). **(e) Dividendos distribuídos:** Conforme ata da AGO (assembleia geral ordinária) de 26 de abril de 2024, foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R$ 11.000, sendo R$ 4.700 já provisionados no balanço de 31 de dezembro de 2023 e R$ 6.300, absorvido da conta reserva de lucros. Do valor aprovado para distribuição, somente R$ 10.914 tem efeito de caixa. Conforme ata de RES (reunião extraordinária de sócios) de 05 de dezembro de 2024, foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R$ 7.000, sendo esse valor absorvido da conta reserva de lucros. Do valor aprovado para distribuição, somente R$ 6.945 tem efeito de caixa. Conforme ata da AGO (assembleia geral ordinária) de 26 de abril de 2023, foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R$ 7.403, sendo (iii) R$ 2.403 já foi pago dentro do exercício de 2022 absorvendo a conta de lucros acumulados conforme ata de Reunião da Diretoria de 08 de julho de 2022 e R$ 5.000, que será pago em 05 de maio de 2023, sendo (iv) R$ 2.266 valor já provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2022 como dividendo mínimo obrigatório e (v) R$ 2.734 absorvendo a conta reserva de lucros. Dos R$ 5.000 provisionados só foi pago com efeito de caixa R$ 4.961.

18. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro antes do IR e da contribuição social	19.636	19.787	29.205	29.332
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(6.676)	(6.727)	(9.929)	(9.973)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	6.709	6.731	-	-
Tributos diferidos não reconhecidos sobre dif. Temporárias	-	-	(128)	(122)
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais	(33)	(4)	(33)	(4)
Parcela isenta	-	-	24	24
Deduções	-	-	499	530
IRPJ e CSLL apurados	-	-	**(9.568)**	**(9.545)**
IRPJ e CSLL corrente	-	-	**(8.751)**	**(8.618)**
Imposto de renda	-	-	(6.296)	(6.190)
Contribuição social	-	-	(2.455)	(2.428)
IRPJ e CSLL diferido	-	-	**(817)**	**(927)**
Imposto de renda	-	-	(601)	(682)
Contribuição social	-	-	(216)	(245)

19. Receita líquida de prestação de serviços

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prestação de serviços - terceiros	73.721	70.035
Prestação de serviços - partes relacionadas (Nota 10)	3.618	2.728
Impostos sobre serviços - ISS	(2.320)	(2.183)
Programa de integração social - PIS	(1.276)	(1.201)
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(5.878)	(5.531)
Receita líquida	67.865	63.848

20. Despesas por natureza

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Mão-de-obra e encargos	-	-	22.225	20.336
Energia elétrica	-	-	1.478	1.868
Encargos de depreciação, amortização	-	-	4.474	4.079
Serviços de terceiros	100	26	6.689	4.307
Materiais diversos	-	-	4.187	3.742
Outras despesas (gastos gerais)	15	15	4.541	3.073
	115	41	43.594	37.405
Custo dos serviços prestados	-	-	37.836	32.342
Despesas administrativas e gerais	115	41	5.758	5.063

21. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Outras receitas		
Venda de sucatas, aluguéis, baixa de ativos e outros	937	656
Reversão de provisão, recuperação despesas	-	163
(-) PIS/COFINS/ICMS	(112)	(67)
	826	752
Outras despesas		
Baixa de ativo para venda/desgaste	(24)	(1)
Valores incobráveis	(26)	-
	(50)	(1)
		-
Resultado líquido	**776**	**751**

22. Receitas e despesas financeiras

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Juros sobre empréstimo/financiamento	-	-	(5)	(43)
Desconto concedido	-	-	-	(81)
IOF s/operações financeiras	-	-	(11)	(2)
Tarifas bancárias	-	-	(13)	(12)
Juros/multas sobre impostos	-	-	(28)	(2)
Outras despesas	-	-	(5)	-
Total das despesas financeiras	-	-	(57)	(140)
Juros recebidos	-	-	2.058	73
Receita financeira de aplicações financeiras	19	32	2.166	2.186
Total da receita financeira	19	32	4.224	2.259
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	(10)	18
Resultado financeiro, líquido	**19**	**32**	**4.157**	**2.137**

DIRETORIA

Ayrton Carlos Berg Junior
Diretor
Fernando Fernandes Nardine
Diretor
Paulo Meneguetti
Diretor
Ronaldo Magno Baggio
Diretor
Tácito Octaviano Barduzzi Junior
Diretor

Gilberto Francisco Pacheco
Contador CRC/PR 041560/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **CPA Holding Participações S.A. e sua controlada - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPA Holding Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 15 de abril de 2025

pwc **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** CRC PR008333/F-8

Gabriel Perussolo Contador CRC 1PR057146/O-0

CPLPAR Holding S.A.

CPLPAR Holding S.A.

CNPJ 12.073.918/0001-40

Relatório da Administração – 2024

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas os documentos relativos às Demonstrações Financeiras da CPLPAR Holding S/A, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Sarandi, 15 de abril de 2025. **Ayrton Carlos Berg Junior** - Diretor Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - em milhares de reais

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	45	65
Impostos a recuperar	1	1
	46	66
Não circulante		
Investimentos (Nota 4)	845	785
	845	785
Total do ativo	891	851

Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Patrimônio líquido (Nota 5)		
Capital social	4.170	4.170
Prejuízos acumulados	(3.279)	(3.319)
	891	851
Total do passivo e patrimônio líquido	891	851

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
Financeiras em 31 de dezembro 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPLPAR Holding S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de maio de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de acionistas, quotistas ou titular de participação societária. A Companhia controla em conjunto a empresa abaixo, a qual tem por objetivo desenvolver as seguintes atividades: (i) CPL - Central Paranaense de Logística S.A. (a "Controlada"): com sede em Sarandi - Paraná - Brasil tem como objeto social o transporte dutoviário de etanol. A Controlada em conjunto foi constituída em 25 de maio de 2010 e, atualmente, se encontra em fase pré-operacional, visto que está elaborando estudos, projetos e licenças ambientais para futura construção dos dutos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2025. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.8. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração: . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. **2.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.3. Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido,no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **2.4.4. *Impairment:*** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **2.5. Empreendimentos controlados em conjunto:** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Os investimentos em joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua joint venture é reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não possui tributos diferidos ativos reconhecidos contabilmente. **2.7. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.8. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia se mantém sem operação, dessa forma não há estimativas críticas para o exercício.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Recursos em banco	45	65
	45	65

4. Investimentos:
(a) Investimentos em controladas em conjunto:

	2024	2023
Em 1o de janeiro	785	730
Equivalência patrimonial	60	55
Em 31 de dezembro	845	785

(b) Participação societária:

	Participação no capital social - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Em 31 de dezembro de 2024			
CPL Central Paranaense de Logística S.A.	50%	1.690	120
		1.690	120
Em 31 de dezembro de 2023			
CPL Central Paranaense de Logística S.A.	50%	1.570	113
		1.570	113

5. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia possui 6.641.966 ações totalmente integralizadas que corresponde a um capital social no valor de R$ 4.170 respectivamente.

(b) Quantidade de ações:

Acionistas	2024	2023
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	4.158.353	4.158.353
Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda.	849.518	849.518
Renuka Vale do Ivaí S.A.	627.054	627.054
Cooperval - Cooperativa Agroind. Vale do Ivaí Ltda.	434.636	434.636
Cooperativa Agroind. Nova Produtiva	362.190	362.190
Copagra - Cooperativa Agroind. do Noroeste Paranaense	103.561	103.561
Vale do Sussuí Participações S.A.	106.654	106.654
	6.641.966	6.641.966

6. Despesas por natureza:

	2024	2023
Serviços de terceiros	20	28
Outras despesas (gastos gerais)	6	7
	26	35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Receitas e (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 6)	(26)	(35)
Equivalência patrimonial (Nota 4)	60	55
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**34**	**20**
Resultado financeiro	**34**	**20**
Receitas financeiras	6	4
	6	4
Lucro antes dos impostos e das contribuições	**40**	**24**
Lucro líquido do exercício	**40**	**24**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	40	24
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**40**	**24**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**4.080**	**(3.343)**	**737**
Integralização de capital	90	-	90
Lucro líquido do exercício	-	24	24
Em 31 de dezembro de 2023	**4.170**	**(3.319)**	**851**
Lucro líquido do exercício	-	40	40
Em 31 de dezembro de 2024	**4.170**	**(3.279)**	**891**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e contribuição social	40	24
Ajustes		
(Ganho) perda de equivalência patrimonial	(60)	(55)
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais	**(20)**	**(31)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	90
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**-**	**90**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(20)**	**59**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**65**	**6**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**45**	**65**

7. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do IR e da contribuição social	40	24
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	14	8
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	(20)	(19)
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais	6	11
IRPJ e CSLL apurados	-	-

8. Provisão para contingência: A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo trabalhista, tributário e cível, conforme relatório circularizado com Advogados, sendo assim não consta nenhuma provisão para contingência reconhecida nas demonstrações financeiras e nem em notas explicativas.

DIRETORIA

Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor Presidente
Paulo Meneguetti - Diretor
Fernando Fernandes Nardine - Diretor
Ronaldo Magno Baggio - Diretor

Gilberto Francisco Pacheco - Contador CRC/PR 041560/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **CPLPAR Holding S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CPLPAR Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controladas em conjunto, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 15 de abril de 2025

pwc **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** CRC PR008333/F-8

Gabriel Perussolo Contador CRC 1PR057146/O-0

31ª CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS

Caro acionista, de acordo com os poderes a mim conferidos pelo artigo 10 do Estatuto Social da Urotec Serviços Médicos S/A, fica V.Sra. convocado para participar da 31ª Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, que será realizada no dia 26 de abril de 2025, em primeira convocação às 09:00 horas ou, em segunda convocação, meia-hora mais tarde, na sala de reuniões do Escritorio Rampazzo rua; Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, 1701 – Jardim Higienópolis, Maringá – PR, 87005-160.
Pauta: Prestação de Contas.
José Francisco da Silveira
Presidente do Conselho de Administração (triênio 2024-2026)
Atenciosamente,

EDITAL

Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Conselho Fiscal da sociedade anônima RP ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO SA, Ricardo Silva Braga, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 99.231, no exercício de suas atribuições e em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável, CONVOCA todos os Acionistas, Membros da Diretoria e Conselho Fiscal para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 16 horas em primeira chamada, na sede da Companhia, sendo facultada a participação por videoconferência ou através de procurador regularmente nomeado através de instrumento de procuração, para deliberarem sobre a Ordem seguinte do Dia:

1. Apresentação, discussão e aprovação das contas da administração, acompanhadas do relatório do diretoria e das projeções financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
2. Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício;
3. Outros assuntos de interesse da Companhia, conforme permitido pela legislação aplicável.

Se não houver número para a ASSEMBLEIA ORDINÁRIA em primeira convocação, instale-se-á em segunda, com qualquer número, às 17 horas.

Neste ato, o Presidente do Conselho Fiscal aproveita o conselho para informar aos acionistas, que a partir da data de hoje, 31/03/2025, os documentos referentes às projeções financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, estarão sujeitos à disposição dos acionistas, devendo eles serem solicitados ao Conselheiro Fiscal , Sr.

Maringá, 31 de março de 2025.

Favor confirmar a coleta.

RICARDO SILVA BRAGA
Presidente do Conselho Fiscal
RP ATIVIDADES AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO SARicardo Braga

OAB-MG 99.231

CONDOMÍNIO CENTRO EMPRESARIAL TRANSAMÉRICA
Av. Brasil, 4312, Maringá-Pr.

ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente edital de convocação, ficam os senhores condôminos do CONDOMÍNIO CENTRO EMPRESARIAL TRANSAMÉRICA, convocados a comparecer no sala 102, 1º andar do Edifício no próximo dia 30 de abril de 2.025, a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará às 18 horas e 30 minutos com a presença mínima de 2/3 dos condôminos, ou em segunda chamada que será efetivada às 19 horas, com qualquer número de condôminos, a fim de discutir e votar os seguintes assuntos:

1 – Prestação de contas;

2 – Eleição de síndico, subsíndico e conselho;

3 – Aprovação do orçamento ordinário;

4 – Assuntos Gerais.

Maringá, 16 de abril de 2.025.

NewllingtonTerumi Toy
Síndico

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/15A5-C326-209D-8F3D ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 15A5-C326-209D-8F3D

Hash do Documento

2D2140F26FCCE836FBFB4D21D4D6FCE20D3EB3BD124FF7F790E53D694081B596

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/04/2025 é(são) :

☑ angelo Lugoboni - 34.263.987/0001-59 em 18/04/2025 08:05 UTC-03:00

Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59